

Discursos de gênero e violência nas redes sociais: Uma análise das Redes Conservadoras e de Extrema Direita

Laura Alves Menon¹
Raíssa Ferreira Miranda²
Aknaton Toczec Souza³

Resumo: Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Sociologia do Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), mapeia representações sociais de gênero que circulam em redes conservadoras e de extrema-direita em plataformas digitais. A partir de uma abordagem interdisciplinar, investigamos como membros desses grupos promovem e legitimam discursos que reforçam a violência simbólica e física contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+. O estudo focaliza movimentos separatistas, extremistas e grupos neoconservadores, evidenciando como diferentes marcadores sociais (classe, raça e gênero) são articulados para perpetuar discursos de controle e dominação. Observa-se que o feminismo é retratado como ameaça à família tradicional e à moralidade ocidental, enquanto papéis de gênero rígidos são exaltados, reforçando a subordinação feminina em uma estrutura patriarcal. A pesquisa busca compreender o impacto do crescimento de conteúdos misóginos nesses espaços virtuais e sua contribuição para a consolidação de uma cultura de violência de gênero. Com base em dados preliminares e na análise de postagens, interações e mercantilização de símbolos (camisetas, memes, etc.), observamos uma forte intersecção entre grupos, sugerindo um trânsito intenso de discursos excludentes. Embora ainda em fase inicial, o estudo destaca a relevância de investigar as estratégias utilizadas para amplificar narrativas conservadoras na internet e suas implicações políticas, sociais e culturais para a manutenção da violência de gênero na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Violência de gênero; Conservadorismo; Misoginia; Tecnopolítica; Guerra cultural.

Abstract: This research, conducted at the Laboratory of Sociology of Law at the Catholic University of Pelotas (UCPEL), maps social representations of gender circulated in conservative and far-right networks on digital platforms. Using an interdisciplinary approach, we investigate how members of these groups promote and legitimize discourses that reinforce symbolic and physical violence against women and LGBTQIAP+ individuals. The study focuses on separatist, extremist, and neoconservative movements, highlighting how different social markers (class, race, and gender) are deployed to perpetuate control and domination. Feminism is depicted as a threat to the traditional family and Western morality, while rigid gender roles are upheld, reinforcing female subordination in a patriarchal structure. The research aims to understand the impact of the proliferation of misogynistic content in these virtual spaces and its contribution to the consolidation of a culture of gender-based violence. Based on preliminary data and analysis of posts, interactions, and the commodification of symbols (such as T-shirts and memes), we observe a strong intersection among various groups, suggesting an intense exchange of exclusionary discourses. Although still in an early stage, the study underscores the importance of examining the strategies used to amplify conservative narratives online and their political, social, and cultural implications for sustaining gender-based violence in contemporary society.

Key-Words: Gender violence; Conservatism; Misogyny; Technopolitics; Culture war.

1 Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas; Pós-Graduada em Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas; E-mail: laura.menon@sou.ucpel.edu.br.

2 Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel; Advogada; E-mail raissa.ferreira.miranda@gmail.com.

3 Doutor em Direito e em Sociologia, ambas pela Universidade Federal do Paraná. Professor e pesquisador na Universidade Católica de Pelotas; E-mail aknatontoczek@gmail.com.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma pesquisa coletiva desenvolvida no Laboratório de Sociologia do Direito da Universidade Católica de Pelotas, cujo resultados preliminares foram apresentados no Seminário de Estudos Empíricos em Direito, no Grupo de Trabalho Dinâmicas das Violências de Gênero: Interconexões entre violência interpessoal e violência estatal, em novembro de 2024. Analisa-se os discursos de gênero e violência nas redes sociais conservadoras e de extrema direita, mais especificamente, em grupos separatistas do Sul⁴ e conteúdos vinculados e compartilhados por seus membros, em grupos de WhatsApp, Facebook, Discord, Twitter e em suas páginas no Instagram. O objetivo central da pesquisa é mapear e analisar as representações sociais sobre gênero nesses espaços digitais.

Este trabalho integra um projeto mais amplo, intitulado "Tecnopolítica e governamentalidades à direita: uma cartografia dos discursos conservadores nas plataformas digitais" iniciado em 2019 e composto por uma rede de pesquisadores de diversas instituições brasileiras e estrangeiras. Ao longo de aproximadamente um ano, realizamos coleta diária de dados em grupos de WhatsApp autodeclarados separatistas/extrema direita, arquivando o material em pastas organizadas conforme indicadores previamente estabelecidos. Além disso, entrevistas em profundidade, observação participante e registros etnográficos de pesquisas paralelas (ROSA, 2019; ROSA et al., 2024; ROSA; RAMOS et al., 2025; ROSA; SOUZA et al., 2025; SOUZA et al., 2023; SOUZA; ROSA, 2023) complementam a pesquisa a partir da análise de plataformas digitais como YouTube e Instagram, que veiculam discursos sobre gênero, sexualidade, controle de drogas, punitivismo, economia, cristianismo, tradição, "liberdade de expressão" e desinformação. Esse conjunto de estratégias metodológicas visa, portanto, mapear como valores conservadores e de extrema-direita são produzidos e circulam em ambientes digitais, gerando implicações sociais, políticas e culturais que se interligam à violência de gênero analisada no presente estudo.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, investigamos como atores, empresas e influenciadores desses grupos promovem e legitimam discursos que reforçam a violência

⁴ Neste momento da pesquisa iremos ocultar o nome dos grupos e movimentos investigados. Isto cumpre não só critérios éticos, mas sobretudo, de segurança e manutenção da pesquisa que ainda está em andamento.

simbólica e física contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+. A pesquisa foca nesses movimentos, destacando como essas redes articulam a interdependência entre diferentes marcadores sociais, como classe, raça e gênero, para perpetuar discursos de controle e violência de gênero, com foco especial nas mulheres. Embora esses grupos raramente mencionem diretamente temas como feminismo ou masculinidade, observa-se uma rejeição explícita ao feminismo e ao progressismo social... O feminismo, por exemplo, é retratado como uma ameaça à família tradicional e à moralidade ocidental. Muitas postagens compartilham discursos inspirados na comunidade Red Pill⁵, que defendem papéis de gênero rígidos e valores tradicionais, reforçando a subordinação das mulheres dentro de uma estrutura familiar conservadora.

Além de analisar os discursos, a pesquisa busca compreender o impacto do crescimento dos conteúdos misóginos nessas plataformas e seu papel na promoção da cultura da violência de gênero. Investigamos as estratégias utilizadas para amplificar discursos conservadores e como essas narrativas contribuem para a normalização da violência contra mulheres, tanto no plano simbólico quanto físico. Para isso, utilizamos como referencial teórico os conceitos de pânico moral (COHEN, 1980), violência simbólica (BOURDIEU, 2011), hipermilitarização (BORDIN, 2021; BORDIN; MORAES, 2017) e plataformização da governamentalidade digital (ROSA; AMARAL; NEMER, 2022). Além disso, fundamentamos nossa análise em autoras feministas que contribuem para uma perspectiva interseccional da violência de gênero (CAMPOS; CARDOSO; BERNARDES, 2024; CRENSHAW, 1991; MARTINS, 2020).

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem empírica e qualitativa, com observação participante e análise de interações digitais. Inserimo-nos nos grupos analisados e acompanhamos seus conteúdos nas redes sociais para mapear percepções de gênero e representações sociais entre os membros. Observamos que o sentimento de pertencimento a esses grupos incentiva a reprodução e o engajamento com discursos excludentes, promovendo

5 Red Pill é um termo originado do filme *The Matrix* (1999), no qual a pílula vermelha representa a revelação de uma suposta "verdade oculta". No contexto contemporâneo das redes sociais, o conceito foi apropriado por comunidades misóginas e masculinistas, que defendem uma visão rígida e hierárquica dos papéis de gênero. Esses grupos propagam discursos que apresentam o feminismo como uma ameaça à "ordem natural", incentivando a subjugação feminina e promovendo a ideia de que homens devem recuperar uma posição de dominação na sociedade. Essa ideologia está fortemente ligada à chamada *machoesfera*, um ecossistema digital composto por fóruns e influenciadores que disseminam narrativas antifeministas, muitas vezes associadas a discursos de ódio e violência simbólica contra mulheres (cf. VILAS BOAS, 2024).

uma dinâmica que fortalece discursos preconceituosos e excludentes. Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, os dados preliminares indicam uma forte intersecção entre temas, autores e influenciadores nessas redes, sugerindo que há um trânsito intenso de discursos que reforçam exclusão e preconceito. Nosso objetivo é aprofundar a compreensão sobre como as redes digitais contribuem para a manutenção e disseminação da violência de gênero, analisando como regras e padrões de comportamento emergem, são reforçados ou contestados nesses espaços virtuais. Dada a complexidade do fenômeno, adotamos uma perspectiva interdisciplinar, dialogando com a Criminologia, Sociologia, Antropologia e estudos midiáticos.

2. Cultura da Violência de Gênero nas Plataformas Digitais: uma guerra às mulheres, o ódio ao gênero feminino e a defesa aos valores tradicionais nos meios digitais

Nos grupos conservadores e de extrema-direita analisados, a chamada *ideologia de gênero* é retratada como um dos principais inimigos dentro da guerra híbrida (LEIRNER, 2020; ROSA et al., 2024). Esse embate não ocorre apenas no campo político tradicional, mas se manifesta intensamente no ambiente digital, onde as mídias sociais se tornaram espaços estratégicos para a disseminação e amplificação da violência de gênero. A demonização do feminismo e das pautas progressistas de gênero é um eixo central nesse discurso, justificando ataques simbólicos e ataques diretos contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+ (SOUZA; ROSA, 2023).

A antropóloga Segato (2014) argumenta que as novas formas de guerra atingem de maneira particular os corpos femininos, pois nesses conflitos não há territórios bem definidos, declarações formais ou tréguas claras. A violência, nesses cenários, torna-se difusa, constante e direcionada, sendo o corpo feminino um dos principais alvos para a inscrição dessa lógica belicista. Como ela descreve:

Essas guerras não envolvem uniformes ou insígnias ou estandartes, nem territórios delimitados pelo Estado, nem rituais e cerimônias que marquem a “declaração de guerra” ou armistícios e capitulações de derrota, e mesmo quando há cessar-fogo e tréguas compreendidas, estas últimas são sempre confusas, provisória e instável, e nunca cumprida por todos os subgrupos de membros das corporações armadas opostas. Estes conflitos, na prática, não têm começo nem fim e não ocorrem dentro de limites temporais e espaciais claros. (...) Esta violência corporativa e anômica

exprime-se de forma privilegiada no corpo das mulheres, e esta expressividade denota precisamente o espírito de corpo de quem a perpetra, está “escrita” no corpo das mulheres vitimadas por conflitos informais ao fazerem de seus corpos a moldura em que se manifesta a estrutura da guerra (SEGATO, 2014, p.22).

Ademais, através da essencialização dos sentidos e das verdades constituídas nas relações, sobretudo de poder em análise, a pesquisa mapeia os papéis de gênero e sexualidade no processo de observação dessas redes, seus membros, compartilhamentos e interações, mediante gerenciamento de condutas operadas em nível eminentemente morais, que podem servir, de maneira muito perigosa em uma sociedade como a nossa, de justificativa para fins políticos e econômicos.

Interações violentas são o padrão habitual desses grupos que operam a partir do ataque aos inimigos, sua desqualificação, vigilância, controle e completa desconfiança. Representam-se como se estivessem em meio a uma verdadeira guerra do bem contra o mal, operada através de imagens, vídeos e veiculação de conteúdos midiáticos para alcançar maior número de membros para a rede. Ainda, esse esforço quase sempre aparece junto à violência simbólica (BOURDIEU, 2011a) através de humilhações e diversos conteúdos que desqualificam as posições diversas, nas trincheiras contrárias nessa guerra híbrida, violenta e cultural. Conteúdos que são geralmente carregados de valores androcêntricos, patriarcais e militaristas, trazendo elementos de força, virilidade, masculinidade e violência.

Entendemos aqui, a partir de uma análise teórica da abordagem de Geertz (2008), cultura não como complexos ou padrões concretos de comportamento (costumes, usos ou tradições) mas sim, como um conjunto de mecanismos de controle (planos, receitas ou instruções) para governar o comportamento. Assim,

A perspectiva da cultura como "mecanismo de controle" inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público — que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade. Pensar consiste não nos "acontecimentos na cabeça", mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G. H. Mead e outros de símbolos significantes — as palavras, para a maioria, mas também gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos como relógios, ou objetos naturais como jóias — na verdade, qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência. Do ponto de vista de qualquer indivíduo particular, tais símbolos são dados, na sua maioria. Ele os encontra já em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar. Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles, às vezes deliberadamente e com cuidado, na maioria das vezes espontaneamente e com facilidade, mas sempre com o mesmo propósito: para fazer uma construção dos acontecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no "curso corrente das coisas experimentadas". O homem precisa tanto

de tais fontes simbólicas de iluminação para encontrar seus apoios no mundo porque a qualidade não-simbólica constitucionalmente gravada em seu corpo lança uma luz muito difusa. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela — a principal base de sua especificidade (GEERTZ, 2008, p.33).

A partir dessa óptica da análise da cultura como um mecanismo de controle potente para captar padrões da sociedade, unimos tal abordagem cultural com a violência, elemento central da pesquisa, estando presente, como já explanado, de maneira visceral nos conteúdos observados pelo grupo. Traz Misse (2016), que violência não é um conceito, mas sim uma categoria que, quando deixa de ser meramente constatativa (e polissêmica), torna-se necessariamente performática, normativa e acusatória - o que incorre, perfeitamente, a análise das mídias digitais, como na presente pesquisa, para interseccionar tais conteúdos culturalmente violentos à efetiva violência de gênero, à guerra híbrida e cultural contra o gênero feminino. Para o autor, quase sempre não descrevemos nem explicamos nada quando recorremos, no cotidiano, à palavra “violência” – o uso da palavra acusa um acontecimento e no mesmo ato reclama-lhe uma ação contrária. Se o uso propõe a ação violenta, logo uma justificativa lhe é cobrada.

Corroborando a investigação desses conteúdos, como já observado neste ensaio, de cunho quase inquisitorial aos vistos como inimigos dos defensores de valores tradicionais e, para os membros dos grupos em questão (corretos e superiores), reitera Misse (2016), acerca da análise da violência nos processos e interações sociais:

Há uma sugestiva reificação de processos sociais que incorporam agressão física ou moral, opressão, excesso de poder, crueldade – enfim, uma pleora de ações negativas que parecem ter em comum o que vem sendo chamado, atualmente, de desumanização do outro, mas cujo sentido nuclear é a de um atentado à integridade física ou à dignidade de um ser, e não apenas o ser humano. Ora, é este mesmo movimento intelectual o que está definindo a violência como uma substância, com suas múltiplas manifestações ou como uma entelúquia com seus inúmeros avatares, por oposição a uma outra substância, idealizada como a “boa humanidade” ou o “bem comum” (MISSE, 2016, p.48).

Portanto, observamos aqui que a violência, engendrada de forma cultural, sendo está um forte mecanismo de controle para grupos sociais, acaba por se tornar mediada pelo digital, pelas plataformas, pela veiculação de conteúdos que arditosamente se manifestam de formas sutis, como humor, ou como tradição de certos povos (no caso do presente estudo, a essência da cultura gaúcha ser tão forte a ponto de ter um viés separatista no grupo analisado). Isso se

torna, então, um alerta ao impacto do crescente aumento de conteúdos misóginos nessas plataformas e seu papel na promoção de uma cultura de violência de gênero.

A circulação de discursos antifeministas e antiprogressistas nas redes digitais não ocorre apenas por meio de textos e vídeos, mas também na forma de produtos culturais e simbólicos. As imagens a seguir ilustram como camisetas e postagens em redes sociais funcionam como ferramentas discursivas na construção da guerra cultural⁶:



Figura 1 - articulação temática

Fonte: Imagem do grupo no Instagram (2024)

A primeira imagem exemplifica um discurso de pânico moral contra o feminismo, retratando-o como um movimento que ameaça a família, a moralidade e os valores tradicionais. O uso da figura de Joana d'Arc reflete uma apropriação simbólica comum em discursos conservadores, que buscam opor mulheres virtuosas e submissas às feministas, retratadas como destrutivas e perigosas.

Já as camisetas demonstram um outro aspecto dessa guerra cultural: a mercantilização da identidade política. A primeira estampa, "FUCK THE LEFT" (FODA-SE A ESQUERDA),

⁶ No contexto de Olavo de Carvalho, a ideia de "guerra cultural" se refere a uma estratégia de disputa ideológica na qual se busca combater a influência de determinadas correntes de pensamento, especialmente aquelas associadas ao marxismo, ao progressismo e ao globalismo. Inspirado em leituras de Antonio Gramsci, mas reinterpretando-as de forma peculiar, Olavo argumentava que a esquerda teria promovido uma "revolução cultural" para dominar instituições como a academia, a mídia e o sistema educacional. Assim, sua proposta de guerra cultural consistia em um enfrentamento sistemático dessas influências, incentivando a ocupação de espaços de poder e a mobilização de um discurso combativo contra intelectuais, jornalistas, professores e artistas que considerava adversários ideológicos (cf. ROSA, 2019).

representa uma rejeição absoluta e agressiva da esquerda, reforçando uma mentalidade de exclusão ideológica. A segunda, "TODES É MEUS OVES", utiliza o humor para ridicularizar pautas de inclusão de gênero, transformando um debate legítimo sobre linguagem e identidade em uma caricatura.

Essas imagens evidenciam como as plataformas digitais não são apenas espaços de debate, mas também de produção e circulação de símbolos de guerra cultural. A propagação desse tipo de material reforça identidades políticas extremas e dificulta o diálogo democrático, tornando o ambiente digital um campo de disputa simbólica e ideológica constante.

2. Os discursos de Controle e Violência de Gênero: o caso dos movimentos tecnopolíticos separatistas e de extrema-direita no Brasil

Motivados pelo interesse da análise interacional desse campo, propomos uma imersão nos grupos investigados, com o objetivo de examinar criticamente os conteúdos compartilhados por seus membros nas redes digitais. Apoiando-nos nas teorias interacionistas da Escola de Chicago, especialmente em Goffman e Becker, partimos da premissa de que as interações sociais cotidianas, quando analisadas em detalhe, revelam padrões comportamentais característicos das dinâmicas digitais. Destaca-se:

A dimensão atômica do fenômeno social também inclui interações efêmeras, cotidianas e rotineiras; talvez essa dimensão seja a mais potente para análises, pois embora aparentemente desinteressante pelo aspecto banal e comum do cotidiano, é justamente a partir dessas infinitesimais ações que é feita a história e as grandes abstrações, por exemplo o Estado, o direito e a nação. Implica pensar que nas pequenezas das interações cotidianas estão elementos dos quais é possível abstrair conceitos mais amplos (SOUZA, 2024, p.20).

Assim, é a partir da observação rotineira dos membros desses grupos em suas constantes interações, identificamos um padrão recorrente nos conteúdos compartilhados. Esses conteúdos sustentam uma cultura de violência altamente estruturada, profundamente alinhada a valores tradicionais e androcêntricos. Tal discurso se alimenta, sobretudo, de um sentimento de impotência e hostilidade diante das pautas emancipatórias de gênero, interpretadas como uma ameaça direta ao status quo de grupos cujas identidades são fortemente ancoradas em papéis sociais tradicionais, especialmente no que diz respeito às mulheres.

Nossa análise concentra-se em um dos maiores grupos de viés neoconservador e separatista do sul do Brasil. O grupo possui uma presença ativa em múltiplas plataformas

digitais, incluindo WhatsApp, Instagram e outras redes de veiculação de conteúdos, nas quais, além de difundir suas ideias, também comercializa produtos ideologicamente alinhados à sua agenda. Com atuação predominante nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sua página no Instagram conta com quase 2.000 seguidores, enquanto o grupo no WhatsApp reúne centenas de membros, organizados em subgrupos temáticos, como estaduais, torcidas organizadas, comunicação e até mesmo espaços voltados para gamers.

O conteúdo compartilhado nesses espaços digitais se estrutura em uma narrativa de exaltação da região Sul, frequentemente contraposta a uma visão depreciativa do restante do Brasil. Essa retórica se manifesta por meio de simbologias que glorificam valores morais rígidos, frequentemente associados a uma identidade regional militarizada, machista e excludente. Além disso, há um forte discurso de justificação da violência, expresso na defesa do porte de armas de fogo e armas brancas como instrumentos necessários à autopreservação e à proteção da "cultura sulista" contra supostos inimigos externos. Paralelamente, esses símbolos militarizados e belicistas são mesclados com elementos religiosos e castos, compondo uma imagem do "cidadão de bem" que incorpora tanto a força e a virilidade masculina quanto a devoção a valores cristãos tradicionais. Esse amálgama de referências constrói uma identidade de pureza e resistência, na qual qualquer desvio dos padrões morais estabelecidos pelo grupo é percebido como uma ameaça.

Os integrantes desse movimento se posicionam de maneira ferrenha contra o governo federal e instituições democráticas, defendendo pautas como o fechamento do Congresso Nacional e a deslegitimação do Supremo Tribunal Federal. Seu apoio político restringe-se a um grupo reduzido de figuras da extrema-direita, cujas posturas costumam ser marcadas por discursos polarizadores e rejeição explícita às políticas progressistas. Acerca disso, podemos analisar os sujeitos e suas visões de representações sociais de si mesmos e do grupo em que estão inseridos, sob a abordagem do “*ethos* do guerreiro”, vide elucidação teórica de Geertz (2008):

O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. A crença religiosa e o ritual confrontam e confirmam-se mutuamente; o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de

mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica. Essa demonstração de uma relação significativa entre os valores que o povo conserva e a ordem geral da existência dentro da qual ele se encontra é um elemento essencial em todas as religiões, como quer que esses valores ou essa ordem sejam concebidas. O que quer que a religião possa ser além disso, ela é, em parte, uma tentativa (de uma espécie implícita e diretamente sentida, em vez de explícita e conscientemente pensada) de conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta (GEERTZ, 2008, p.95).

A partir dessa abordagem, torna-se evidente que a identidade desse grupo se estrutura sobre a figura idealizada do homem forte, tradicional e portador de valores morais rígidos, que, apesar de profundamente religioso, também se coloca como um combatente, sempre pronto para a defesa de sua cultura e tradições contra inimigos percebidos. Esse combate, no entanto, ocorre majoritariamente em um campo simbólico e midiático, onde o inimigo assume a forma de valores progressistas, feministas e cosmopolitas, apresentados como ameaças existenciais às estruturas sociais tradicionais.

Essa identidade coletiva não apenas fortalece os laços internos do grupo, mas também legitima a produção e disseminação de conteúdos carregados de violência simbólica e discursiva, especialmente contra mulheres, o feminismo e o progressismo social. O compartilhamento desses conteúdos opera como uma prática de reafirmação identitária, na qual os membros consolidam sua adesão ao grupo por meio do reforço da violência simbólica e da rejeição a qualquer discurso que questione o status quo patriarcal e conservador.

Segato (2014) reitera a importância do pertencimento para as novas formas de guerra:

Observa-se uma mudança no próprio campo político, ou seja, no campo do conflito de interesses e da expressão de antagonismos. Neste novo contexto, a espetacularização dos aspectos visíveis da diferença – étnicos, religiosos, raciais, de idade, etc. — entre os antagonistas é mais importante do que o seu conteúdo, pela sua própria instrumentalidade na produção e reprodução de conflitos que, no nosso tempo, se tornaram um fim em si mesmos devido ao seu carácter lucrativo para a indústria bélica e para as empresas militares privadas. Neste novo traçado territorial, o valor está no pertencimento, na filiação, na identidade política, no existir em rebanho, e os novos mecanismos corporativos na economia e na política beneficiam aqueles que concordam em se posicionar e se marcar comportamentalmente como membro da rede (SEGATO, 2014, p.39).

Entre os conteúdos compartilhados, destacam-se postagens que reforçam ideais tradicionalistas e misóginos, enquadrando o feminismo e a autonomia feminina como ameaças à ordem moral e social. Na primeira imagem, a dualidade apresentada – entre a "mulher submissa" e o "sul independente" – reforça um ideal de pureza e ordem, no qual a feminilidade aceita é aquela que se submete ao homem e à cultura sulista tradicionalista. Já na

segunda imagem, observa-se um discurso de pânico moral e desqualificação da sexualidade feminina, em que o Carnaval é associado à degradação social, à irresponsabilidade feminina e à emasculação masculina, reforçando uma economia da sexualidade comuns nos discursos masculinistas contemporâneos⁷.



Figura 1 - Movimento Sul Livre Oficial no Instagram

Fonte: Imagem do grupo no Instagram (2024)

Esse discurso não se limita a críticas isoladas, mas faz parte de uma estrutura maior de guerra cultural (ROSA; SOUZA et al., 2025; SOUZA; ROSA, 2023), na qual valores androcêntricos são reforçados e promovidos por meio da violência simbólica (BOURDIEU, 2011). Como destaca Segato (2014), as novas formas de conflito político não precisam de um embate direto para operar, pois a mera reprodução sistemática de narrativas excludentes e violentas já cumpre o papel de consolidar hierarquias sociais. Assim, imagens como essas não apenas reforçam uma visão misógina do mundo, mas também estruturam a própria identidade masculina conservadora, que se define na oposição ao que é considerado feminista, progressista e diverso.

⁷ Há atores sociais, influenciadores, escritores, etc..., que contribuem para estes discursos, que estão sendo objeto de análise em outras pesquisas paralelas.



Figura 2 - As Mulheres representadas no grupo investigado

Fonte: Imagem do grupo no Instagram (2024)

A análise das imagens e conteúdos compartilhados no grupo separatista e são similares a de outros grupos (autointitulados conservadores, bolsonaristas, etc...) evidencia uma dinâmica constante de reforço da masculinidade tradicionalista e da ridicularização de mulheres, especialmente brasileiras, dentro de um discurso que mistura nacionalismo regionalista, moralismo e guerra cultural. As postagens analisadas demonstram que esses grupos não apenas rejeitam o feminismo e os debates sobre gênero, mas ativamente produzem conteúdos que desumanizam e desqualificam mulheres, exaltando a figura do homem como moralmente superior.

O alto volume de interações nesses espaços sugere que, longe de serem discursos isolados, essas narrativas compõem um ecossistema digital coeso, no qual a violência simbólica e a exclusão de mulheres são normalizadas. Além disso, a grande circulação de postagens semelhantes em outras páginas e grupos aliados àquele investigado indica que esse tipo de conteúdo se multiplica dentro de redes de extrema-direita e masculinistas, promovendo uma cultura de ódio sistemático ao feminino e ao que é considerado "progressista".

No entanto, esses discursos não se limitam a postagens isoladas. O que se observa é um uso estratégico das plataformas digitais para amplificar, naturalizar e disseminar

ideologias antigênero. Por meio de memes, sátiras, desinformação e viralização de conteúdos extremistas, esses grupos criam bolhas discursivas que reforçam visões androcêntricas e reacionárias. Dessa forma, no próximo tópico, exploraremos as principais estratégias utilizadas nas plataformas digitais para propagar discursos antigênero, analisando como elementos aparentemente inofensivos, como memes e piadas, podem servir como instrumentos eficazes para a normalização de discursos extremistas.

3. As principais estratégias utilizadas nas plataformas digitais para propagar discursos antigênero: do meme à normalização do extremo

O principal objetivo desta pesquisa conjunta é investigar como atores digitais promovem e legitimam discursos que reforçam a violência física e simbólica contra o gênero feminino, articulando a interdependência entre diferentes marcadores sociais, como raça, classe e gênero. As representações sociais observadas nesses espaços revelam papéis de gênero rígidos, sustentados por valores morais tradicionalistas e fortemente hierárquicos, que colocam homens e mulheres em posições pré-determinadas dentro de uma estrutura familiar patriarcal. Esse conjunto discursivo opera dentro de um mecanismo cultural ocidentalizado, profundamente androcêntrico, militarizado e capitalista, que molda a percepção da mulher não como um sujeito autônomo, mas como um elemento de manutenção da ordem social conservadora. A criminologia cultural fornece um arcabouço teórico essencial para compreender como as mídias digitais reconfiguram as relações de poder e violência, ao atuarem como canais de propagação simbólica desses discursos:

Conforme a mídia de hoje - de movimentos rápidos, onipresentes e cada vez mais interativa - dá forma a relações entre espaço, tempo e identidade, ela também enquadra como o crime e seu controle vêm a ser entendidos na sociedade. Ao invés, numa sociedade hiperconectada, onde proliferam imagens mediadas em massa de crime e desvio, e onde o crime e controle se entrelaçam com entretenimento e cultura popular, são demandadas formas de análise criminológica que possam dar sentido à linha turva entre o real e o virtual. E, como sempre para a criminologia cultural, esse foco é político, bem como teórico: na modernidade tardia, com o poder cada vez mais exercido por meio de representação mediada e produção simbólica, batalhas em torno de imagem, estilo e significado mediado se tornam essenciais na disputa por crime e controle criminal, desvio e normalidade, e a emergente forma de justiça social (ROCHA, et al., 2018).

Nesse sentido, a violência de gênero digital não é apenas uma reprodução de discursos tradicionais, mas uma reconfiguração tecnopolítica da exclusão social, ajustada às dinâmicas de viralização e ao engajamento das plataformas. O pertencimento entre os membros desses

grupos é essencial para que se sintam cada vez mais à vontade para compartilhar suas opiniões e posições. Esse mecanismo torna o engajamento com discursos misóginos um elemento agregador da identidade dos membros, fortalecendo uma lógica de comunidade em torno do ódio ao feminismo, ao progressismo e a outras formas de identidade consideradas ameaçadoras.

Uma das táticas mais comuns utilizadas para disseminar discursos de ódio contra mulheres é a reconfiguração da violência através do humor. Publicações que atacam o feminismo, por exemplo, raramente assumem uma postura de enfrentamento direto. Em vez disso, aparecem revestidas de ironia, sarcasmo e estética humorística. Esse tipo de estratégia torna os discursos de ódio mais palatáveis e compartilháveis, pois permite que o usuário os reproduza sem que pareçam ofensivos em um primeiro momento. Um dos exemplos mais comuns dessa estratégia ocorre na ridicularização da divisão sexual do trabalho. Imagens e vídeos que sugerem que "o treino diário da mulher é estender roupas" ou que "um ferro de passar roupa é seu mousepad de trabalho" são acompanhadas de hashtags neutras ou humorísticas, reforçando a ideia de que essas funções não são produto de uma relação de dominação, mas sim de uma ordem natural e até divertida. Essa forma de humor, ao mesmo tempo que minimiza as críticas feministas à desigualdade, normaliza a subjugação da mulher ao espaço doméstico.

Essa prática não ocorre de maneira isolada, mas faz parte de um mecanismo tecnopolítico coordenado para manter hierarquias de gênero e reforçar valores conservadores. Como apontam Rosa; Ramos, et al. (2025), esses discursos são impulsionados por algoritmos das redes sociais, que priorizam conteúdos engajadores, especialmente aqueles que geram reações emocionais fortes, como indignação e riso. Essa dinâmica permite que conteúdos altamente sexistas e excludentes alcancem milhões de usuários, sem que necessariamente sejam denunciados ou bloqueados pelas plataformas. A propagação de discursos antigênero dentro das plataformas digitais não é um fenômeno isolado, mas parte de um ecossistema tecnopolítico mais amplo, que combina mobilização social, interesses econômicos e instrumentalização da cultura digital para consolidar hegemonias conservadoras. Como argumentam Rosa, Souza, et al. (2025), o technoconservadorismo brasileiro não pode ser entendido apenas como uma série de grupos organizados, mas como um mercado político em

expansão, no qual influenciadores, empresas de marketing digital e redes de desinformação lucram com a radicalização do debate público.

Esse fenômeno ocorre a partir da convergência entre a guerra cultural e a economia da atenção, permitindo que discursos misóginos sejam amplificados e monetizados dentro da lógica algorítmica das plataformas. Essa dinâmica opera em três níveis interdependentes. O primeiro nível envolve a produção de conteúdo extremista, em que influenciadores e criadores de conteúdo ultraconservadores geram materiais que reforçam discursos antigênero e se apresentam como "defensores da verdade" contra o feminismo e o progressismo. O segundo nível ocorre com a amplificação e engajamento algorítmico, utilizando memes, vídeos curtos e discursos emocionais para criar um ambiente altamente compartilhável, garantindo que os conteúdos se espalhem organicamente. O terceiro nível é a monetização e fortalecimento político, no qual influenciadores vendem cursos, livros, ingressos para eventos e até mesmo produtos ideologicamente alinhados, consolidando um mercado digital da extrema-direita, onde a misoginia se torna um elemento central de mobilização e fidelização do público (ROSA; RAMOS et al., 2025).

Essa dinâmica pode ser observada nos grupos analisados nesta pesquisa, que não apenas disseminam discursos misóginos, mas também vendem produtos ideologicamente alinhados, como camisetas e adesivos com mensagens contra o feminismo e contra pautas progressistas. Esse processo evidencia que o discurso antigênero não é apenas um fenômeno discursivo, mas um produto comercializável dentro da cultura digital contemporânea. A análise das estratégias utilizadas nas plataformas digitais para propagar discursos antigênero revela um mecanismo complexo de naturalização da violência simbólica e incentivo à exclusão social de mulheres e minorias políticas. O humor desempenha um papel central nesse processo, pois permite que discursos violentos sejam apresentados de forma aparentemente inofensiva, tornando-se socialmente aceitáveis e viralizáveis.

Contudo, o impacto desse fenômeno vai além da esfera simbólica. Como apontam pesquisas sobre technoconservadorismo e governamentalidade digital (ROSA; SOUZA et al., 2025), a estruturação desses discursos nas plataformas não apenas normaliza formas de exclusão, mas também contribui para um ambiente político mais hostil às mulheres, à diversidade e à participação democrática plena. Portanto, compreender como esses discursos operam dentro das redes sociais não é apenas uma questão de análise cultural, mas um desafio

urgente para políticas de enfrentamento à violência digital e à ascensão de ideologias excludentes na esfera pública.

Conclusão

Admitimos que a cultura não apenas convencionava comportamentos, mas também atua como um mecanismo de controle social. O uso de símbolos e códigos — sejam linguísticos, midiáticos ou sociais — estabelece rituais de interação entre os membros de uma rede ou grupo, formando padrões específicos que podem ser observados pelos pesquisadores nesta investigação (BOURDIEU, 2011b). No entanto, esses elementos vão muito além da simples associação entre indivíduos: eles criam verdadeiras comunidades simbólicas, nas quais o sentido das ações é definido coletivamente. Dentro desse contexto, discursos de ódio e a violência de gênero deixam de ser meras manifestações individuais e tornam-se estruturais, moldando dinâmicas de pertencimento e reforçando a normatividade da misoginia. Esse processo pode levar até à legitimação de práticas criminosas, visto que a violência de gênero, inclusive nas mídias sociais, pode ser punível — seja no âmbito do discurso de ódio, da violência psicológica ou, em suas consequências extremas, da agressão física e do feminicídio.

Para uma compreensão aprofundada desse fenômeno, torna-se essencial uma abordagem empírica e interacional que permita a observação direta dos sujeitos e da maneira como interagem nesses espaços digitais. Assim, adentramos o campo de pesquisa buscando captar as dinâmicas situacionais e os significados compartilhados que emergem na circulação desses conteúdos. Como pontuam Rocha et al. (2018), o crime — e, por consequência, a violência de gênero — não pode ser analisado apenas como um evento isolado, mas sim como um processo cultural, cujos significados são produzidos e reproduzidos dentro de um sistema de símbolos e interpretações coletivas.

No caso dos grupos investigados, insígnias que remetem às tradições sulistas são reiteradamente exaltadas como marcadores de uma moralidade que se pretende viril, militarizada e religiosa. Esses elementos são fundamentais na construção de uma guerra híbrida em que os chamados "cidadãos de bem" se apresentam como defensores de valores tradicionais contra aqueles considerados imorais ou transgressores. A violência de gênero torna-se, nesse cenário, um traço operacional da cultura do grupo, um mecanismo de coesão interna que seduz seus membros ao oferecer uma narrativa de pertencimento, na qual ofender

e humilhar mulheres não é apenas permitido, mas incentivado. Assim, estabelece-se uma lógica discursiva na qual a misoginia se confunde com liberdade de expressão, e a subjugação das mulheres passa a ser percebida como uma prerrogativa natural dos homens, que se enxergam como "guerreiros" na defesa da família tradicional e da ordem social que julgam legítima.

Ao compartilhar e engajar com conteúdos misóginos, os membros desses grupos não apenas reforçam sua identidade coletiva, mas também naturalizam e incentivam práticas de violência. O pertencimento ao grupo, mediado pelo consumo constante desses discursos, legitima ações que, em outra circunstância, poderiam ser socialmente condenadas. Nesse sentido, a sociedade do espetáculo, marcada pela dependência das redes sociais e pelo consumo incessante de conteúdos, contribui para a normalização da misoginia e para a reprodução de padrões violentos de comportamento. Como destacou Rocha et al. (2018), não estudamos apenas as imagens, mas as imagens de imagens, refletidas em um salão infinito de espelhos mediados. Nesse contexto, a rua roteiriza a tela, e a tela roteiriza a rua — ou seja, a violência simbólica e discursiva presente nas mídias digitais não permanece restrita ao espaço virtual, mas retroalimenta e influencia as interações no mundo físico.

A violência, compreendida como uma categoria performática, normativa e acusatória, encontra nas plataformas digitais um terreno fértil para sua expansão e consolidação. Como observa Segato (2014), apesar dos avanços institucionais na proteção das mulheres, a vulnerabilidade feminina à violência tem aumentado, especialmente no contexto das novas formas de guerra e ocupação predatória de corpos femininos. Essa afirmação ressoa diretamente com os achados desta pesquisa: longe de ser um fenômeno isolado ou restrito a certos nichos ideológicos, a misoginia digital deve ser compreendida como parte de uma engrenagem tecnopolítica mais ampla, na qual a violência de gênero se tornou um instrumento de mobilização e fortalecimento de projetos ultraconservadores.

Os resultados parciais deste estudo demonstram que os discursos de ódio contra as mulheres não apenas refletem padrões culturais já existentes, mas também os intensificam e os reorganizam de acordo com a lógica algorítmica e mercadológica das plataformas digitais. Em um contexto onde as redes sociais amplificam conteúdos baseados em engajamento emocional, a misoginia se torna um ativo valioso dentro do ecossistema technoconservador, alimentando tanto a economia da atenção quanto a radicalização política.

Ao compreender que essas dinâmicas são estruturais e não meramente episódicas, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas e estratégias regulatórias que abordem a violência de gênero nas plataformas digitais como um problema de ordem coletiva e não apenas individual. O desafio, portanto, não se restringe à responsabilização de usuários que propagam discursos misóginos, mas se estende à transformação dos próprios mecanismos que permitem e incentivam a circulação dessas narrativas.

Diante da crescente sofisticação das estratégias utilizadas para disseminar a misoginia online, este estudo reforça a importância de investigações futuras que aprofundem o mapeamento das conexões entre esses discursos e suas consequências no mundo offline. É fundamental que acadêmicos, ativistas e formuladores de políticas ampliem o debate sobre a regulação das plataformas, a responsabilização dos atores envolvidos e a implementação de estratégias de enfrentamento à violência de gênero que levem em conta a complexidade desse fenômeno na era digital.

Se a violência de gênero é também uma construção cultural, como apontamos ao longo deste trabalho, então o seu enfrentamento deve passar, necessariamente, pela desconstrução simbólica e estrutural dos processos que a perpetuam. O avanço dessa agenda exige não apenas resistência e denúncia, mas também ações concretas para dismantelar as bases materiais e discursivas que sustentam o projeto tecnopolítico da misoginia contemporânea.

Referências

BORDIN, M. **A guerra é a regra: A hipermilitarização da segurança pública no Brasil**. [s.l.]: PG editorial, 2021. ISBN: 978-602-1018-18-7, ISSN: 2252-3405.

BORDIN, M.; MORAES, P. R. B. De. **A ideia de nação e a hipermilitarização: aspectos sociológicos e políticos**. *Núcleo de Estudos Paranaenses*, [s.l.], v. 3, nº 3, p. 284–294, 2017. DOI: [dx.doi.org/10.5380/nep.v3i3.54382](https://doi.org/10.5380/nep.v3i3.54382).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a. 322 p. ISBN: 978-85-286-9963-0.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2011b.

CAMPOS, C. H. De; CARDOSO, F. da S.; BERNARDES, M. N. **Neoconservadorismos e ideologias antigênero na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. Oxford: Routledge, 1980.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. *Stanford Law Review*, [s.l.], v. 43, nº 6, p. 1241, 1991. ISSN: 00389765, DOI: [10.2307/1229039](https://doi.org/10.2307/1229039).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**.- 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.

LEIRNER, P. C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda, 2020. ISBN: 978-1-62623-977-7.

MARTINS, F. **Feminismos criminológicos e “tecnopolíticas”: novos ‘quadros’ para violência de gênero**. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 28, nº 3, p. 1–18, 2020. ISSN: 0104026X, DOI: 10.1590/1806-9584-2020V28N363035.

MISSE, Michel. Violência e Teoria Social. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Vol.9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 45-63. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v9.n.1.7672>.

ROCHA, Álvaro Oxley da. **Explorando a Criminologia Cultural** / Álvaro Oxley da Rocha... [et al.]; Organizado por Álvaro Oxley da Rocha, Salah Khaled Jr... – Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ROSA, P. O. **Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras**. Vitória: Milfontes, 2019. ISBN: 978-85-943537-4-0.

_____. **Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo, SP: Autonomia Literaria, 2024. 358 p. ISBN: 9786554970280.

ROSA, P. O.; RAMOS, L. S.; SOUZA, A.T.; OLIVEIRA, P.S. **Algoritmos y Violencia Política de Género: el impacto de redes sociales en la trayectoria política de las mujeres**.

Revista *Direito & Democracia*, Paranaguá (PR), v. 16, n. 16, abr. 2025.

ARACÊ, [s.l.], v. 7, n° 1, p. 3456–3470, 2025. ISSN: 2358-2472, 2358-2472, DOI: 10.56238/arev7n1-206.

ROSA, P. O.; et al. **The birth of the brazilian technoconservative ecosystem and the convergence of the attention economy with the culture war.** *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [s.l.], v. 18, n° 2, p. e15198, 2025. ISSN: 1988-7833, 1988-7833, DOI: 10.55905/revconv.18n.2-047.

ROSA, P. O.; AMARAL, A. J. Do; NEMER, D. B. **Plataformalização e a virada digital.** Em: *45º Encontro anual da Anpocs*. Online: ANPOCS, 2022.

SEGATO, Laura Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.** 1a. Edición. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

SOUZA, A. T. et al. **Criminologia conservadora nas plataformas digitais: governamentalidade, crime e drogas nas práticas discursivas da extrema direita brasileira.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*, [s.l.], v. 31, n° 196, p. 271–295, 2023.

SOUZA, A. T. **Concurseiros: uma análise da trajetória e formação dos agentes do sistema de justiça criminal.** 2024. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2024.

SOUZA, A. T.; ROSA, P. O. **Gênero e sexualidade na guerra cultural: o conservadorismo no WhatsApp.** *Argumentum*, [s.l.], v. 15, n° 1, p. 125–139, 2023. ISSN: 2176-9575, DOI: 10.47456/argumentum.v15i1.38558.

VILAS BOAS, J. C. M. **Red pill e machosfera: violência neomachista e extrema direita em uma análise de discurso.** Dissertação (mestrado) - UCPEL, 2024.